

N.º: Gp0850-XI
Proc.º: 30.07.01.02
Data: 12.02.2019

Assunto: Declaração Política – Reforma da Autonomia

Exma. Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores deputados,
Senhoras e senhores membros do Governo,

As autonomias regionais, consagradas na Constituição da República Portuguesa, constituem um dos pilares da estrutura do nosso Estado de direito democrático.

Nos termos da nossa Constituição, as autonomias regionais representam não apenas uma mera descentralização administrativa, mas sim uma efetiva descentralização política do Estado assente no reconhecimento de comunidades regionais, dotadas de interesses políticos próprios no contexto da unidade nacional.

É já longo o caminho feito desde o Estatuto provisório da Constituição originária até à terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo.

No Portugal democrático nascido da revolução de abril, a insularidade, o isolamento e a distância face ao continente, eram, tal como são hoje, obstáculos ao desenvolvimento social e económico da Região.

O problema da insularidade residia, como reside hoje, no facto de tudo ser mais difícil e mais oneroso. Os transportes eram, e ainda hoje o são, insuficientes. Os preços dos

bens essenciais, eram, e ainda hoje o são, superiores aos praticados no resto do país. O emprego era, como ainda hoje o é, um problema persistente para a fixação dos nossos jovens.

Continuamos, por isso, 40 anos depois da nossa Autonomia democrática, sem conseguirmos resolver e ultrapassar as mais profundas fragilidades do nosso desenvolvimento económico e social.

Hoje, com a Autonomia, o investimento público continua a ser o motor da nossa economia. A circulação de pessoas e bens continua a ser altamente limitada. A iniciativa privada é frágil e está fortemente dependente da subsídio pública. As estruturas produtivas regionais continuam cronicamente sem perspectivas de crescimento. A nossa educação continua na cauda dos índices nacionais. O nosso acesso à saúde continua longe de ser atempado. As nossas respostas sociais continuam a ser insuficientes combater a exclusão e proteger quem mais precisa, como é o caso dos nossos idosos.

Senhora Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Senhoras e Senhores membros do governo,

O que os Açorianos querem e esperam da nossa autonomia são soluções para o emprego de baixos salários, soluções para o desemprego, soluções para o flagelo do risco de pobreza, soluções para a saúde, soluções para a educação, soluções para a emigração, soluções para o despovoamento das ilhas mais pequenas, bem como soluções para os nossos agricultores e pescadores que trabalham ciclicamente

condicionados por constrangimentos e crises sem que tenham perspectivas de crescimento.

São estes os desafios do presente e do futuro dos Açores. São estas as respostas que os Açorianos esperam da nossa Autonomia.

É por isso que defendemos uma Autonomia de resultados. Queremos uma autonomia capaz de consensualizar, de unir esforços e de apresentar soluções que promovam um efetivo modelo de desenvolvimento económico e social de todas as ilhas.

É por isso defendemos uma Autonomia de futuro. Queremos uma autonomia que seja capaz de olhar o amanhã através da aposta nas nossas potencialidades estratégicas de forma a projetar a competitividade e a empregabilidade.

É por isso que defendemos uma Autonomia com decisão. Queremos uma autonomia que preserve e promova o nosso potencial económico na exploração do nosso mar e dos nossos fundos oceânicos.

É por isso que defendemos uma Autonomia de proximidade. Queremos uma coesão territorial alavancada em políticas de desconcentração administrativa que constituam um sinal claro de aposta no desenvolvimento sustentável da Região, como a eliminação da obrigatoriedade da localização tripartida das Secretarias Regionais e das Direções Regionais pelas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, de forma a permitir uma efetiva desconcentração administrativa das estruturas do governo da Região.

É por isso que defendemos uma Autonomia mais participativa. Queremos medidas que diminuam a abstenção eleitoral, aprofundem a democracia representativa e

possibilitem um efetivo acesso ao voto de todos aqueles que, com residência na região, se encontrem ausentes em dia de eleição.

É por isso que defendemos uma Autonomia com dimensão europeia. Queremos, no quadro do Parlamento Europeu, a criação de um círculo eleitoral próprio para as Regiões Autónomas, de forma a possibilitar uma efetiva representação política regional e permitir o aprofundamento da democracia representativa.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

Senhoras e Senhores membros do Governo,

É neste sentido que o CDS, no quadro da reforma da nossa autonomia, considera que, mais do que a criação de novos cargos políticos, o que é preciso é responder ao presente e ao futuro das nossas populações.

Estaremos, pois, como sempre estivemos, desde a primeira hora, prontos para contribuirmos para uma autonomia que se traduza no desenvolvimento económico e social da Região e na melhoria da qualidade de vida dos Açorianos. É esse o nosso compromisso. É esse o nosso dever.

Artur Lima